



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Paraíba

---

Campus  
Cabedelo

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA - CAMPUS CABEDELLO  
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**Orçamento Participativo: objeto formador e transformador do  
cidadão através de ações direcionadas para o Técnico em  
Administração**

**ARTIGO CIENTÍFICO**

**SEVERINO PONTES CARDOSO**

**Cabedelo, junho de 2022**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA - CAMPUS CABEDELLO  
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**Orçamento Participativo: objeto formador e transformador do  
cidadão através de ações direcionadas para o Técnico em  
Administração**

**ARTIGO CIENTÍFICO**

**SEVERINO PONTES CARDOSO**

Orientador: Claudia Ricardo de Macedo

Trabalho apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) - Campus Cabedelo, como requisito para conclusão da Especialização em docência para a educação profissional, científica e tecnológica.

**Cabedelo, junho de 2022**

C268o Cardoso, Severino Pontes.

Orçamento Participativo: Objeto formador e transformador do cidadão através de ações direcionadas para o Técnico em Administração. / Severino Pontes Cardoso. – Cabedelo, 2022.

17 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientadora: Claudia Ricardo de Macedo

1. Orçamento participativo. 2. Cidadania. 3. Ensino profissional. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

SEVERINO PONTES CARDOSO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: OBJETO FORMADOR E TRANSFORMADOR DO  
CIDADÃO ATRAVÉS DE AÇÕES DIRECIONADAS PARA O TÉCNICO EM  
ADMINISTRAÇÃO

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito parcial avaliativo para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Docência EPT, campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.

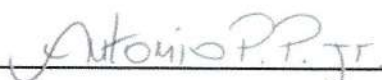
Cabedelo, 28 de abril de 2022.

Aprovado em: 28/04/2022

Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Cláudia Ricardo de Macedo – Orientadora  
(IFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dr. Italan Carneiro Bezerra e Antônio – Examinador  
(IFPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Esp. Antônio Pereira Pontes Júnior - Examinador  
(ECI – ESTADO DA PARAIBA)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
CAMPUS CABEDELO



**ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA MODALIDADE À DISTÂNCIA NO ÂMBITO DO IFPB.**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, realizou-se a Banca de Defesa do Curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA** na Modalidade À Distância no âmbito do IFPB na Plataforma: Google Meet – Link: [meet.google.com/zgwnfes-eux](https://meet.google.com/zgwnfes-eux) às 19:30 hs do estudante Severino Pontes Cardoso Matrícula: 202027410165 Polo: Araruna Título da Intervenção Pedagógica: **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: OBJETO FORMADOR E TRANSFORMADOR DO CIDADÃO ATRAVÉS DE AÇÕES DIRECIONADAS PARA O TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**, formada pelos docentes Cláudia Ricardo de Macêdo, que presidiu a reunião, Italan Carneiro Bezerra e Antônio Pereira Pontes Junior. Feita a apresentação, a banca examinadora teceu seus comentários e **APROVADO** o trabalho. Com recomendações e alterações a serem entregues em 45 (quarenta e cinco) dias a versão final, entregue à Coordenação de Curso. O descumprimento desse prazo impossibilita a emissão do certificado de conclusão (PPC 4.5). Assim sendo, transcrevo a ata, a ser assinada por todos os presentes abaixo.

Cabedelo, 28 de abril de 2022.

Orientado(a)  (Cláudia Ricardo de Macêdo/000187894/80  
/Interno ao Programa UAB/IFPB)

Membro do IFPB:  (Italan Carneiro Bezerra / IFPB – 1929870)

Membros da Comissão (Tutor/ Professores Formadores/ Professor Convidado Externo)

 (Antônio Pereira Pontes Junior/ 038935264-04/Escola Estadual da Paraíba Odilon Nelson Dantas)

## **Resumo**

Este trabalho apresenta uma proposta de intervenção sobre Orçamento Participativo e Controle Social, direcionada para alunos do Curso Técnico em Administração. O objetivo da proposta é desenvolver a consciência coletiva, contribuir com a formação de multiplicadores para conduzir a comunidade na decisão e elaboração de políticas públicas dentro do orçamento participativo. Foram realizados estudos em bases teóricas que fundamentam o Orçamento Participativo, Leis Orçamentárias, fazendo um encaminhamento com a formação e atuação dos técnicos administrativos e as Políticas Públicas, objetivando relacionar a importância da educação no processo de participação popular, na busca de um caminho para exercer a cidadania enquanto sujeito formador e fiscalizador da gestão pública e atuante no Orçamento Participativo. A metodologia foi desenvolvida com foco na educação como objeto formador e transformador do cidadão para atuar junto com a gestão nas escolhas de políticas públicas, através de um ciclo de 5 (cinco) palestras. Dentre os resultados esperados, é possível que os alunos desenvolvam as ações de socializar; qualificar; aprofundar; ampliar; difundir; estimular; e potencializar os conhecimentos sobre o orçamento participativo. São apresentadas considerações com ênfase na importância da participação da população nas relações sociais e possibilita o diálogo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

**Palavras Chave:** Orçamento Participativo. Controle Social. Democracia. Educação.

## ***Abstract***

This work presents an intervention proposal on Participatory Budgeting and Social Control, aimed at students of the Technical Course in Administration. The purpose of the proposal is to develop collective consciousness, contribute to the training of multipliers to lead the community in the decision and elaboration of public policies within the participatory budget. Studies were carried out on theoretical bases that support the Participatory Budget, Budget Laws, making a referral with the training and performance of administrative technicians and Public Policies, aiming to relate the importance of education in the process of popular participation, in the search for a way to exercise citizenship as a formative and supervisory subject of public management and active in the Participatory Budget. The methodology was developed with a focus on education as a training object and transforming the citizen to act together with the management in the choices of public policies, through a cycle of 5 (five) lectures. Among the expected results, it is possible that students develop socializing actions; qualify; deepen; enlarge; broadcast; encourage; and enhance knowledge about participatory budgeting. Considerations are presented emphasizing the importance of the population's participation in social relations and enabling dialogue for the construction of a more egalitarian society.

**Keywords:** Participatory Budget. Social Control. Democracy. Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>08</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
<b>RESULTADOS ESPERADOS .....</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>17</b>

## 1 Introdução

Este estudo apresenta-se como um Trabalho Final de Curso (TFC), da Especialização em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico, curso oferecido pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cabedelo/PB. A metodologia para finalizar o referido curso, solicita que os alunos elaborem uma Proposta de Intervenção direcionada para alunos de cursos Técnicos ou Tecnológico, como de contribuir positivamente no processo de formação dos futuros profissionais da área.

Nesse sentido, foi planejada uma ação pedagógica composta por um ciclo de palestras sobre o Orçamento Participativo e Controle Social, é uma sugestão direcionada para alunos do Curso Técnico em Administração. Dessa forma, o presente artigo foi fundamentado através de estudos na área da Proposta de Intervenção, sobre os quais discorrem-se a seguir.

Na língua Grega, democracia significa literalmente "poder do povo", isto é, o regime político em que os cidadãos (eleitores) escolhem seus representantes no legislativo e executivo na esfera municipal, estadual e federal (VALLIATTI, 2004). No Brasil, o termo democracia está muito ligado à representatividade, os políticos eleitos são a voz da população no legislativo e executivo em busca de melhorias para os seus representados. Esses agentes políticos, além de responsáveis por decidir quais políticas públicas serão implementadas, também são obrigados a prestar contas dessas ações.

De acordo com Constituição (1988), é exigido dos governantes um comprometimento maior em relação às prestações de contas do dinheiro público. Com a Lei de Acesso à Informação, o cidadão pode acessar documentos ou dados públicos e, de posse desses dados, o cidadão pode monitorar receitas e gastos da administração pública. De modo geral, no Portal de Transparência é possível fiscalizar campanhas políticas, compras governamentais, contratos e licitações. Também é possível acompanhar se o orçamento está sendo investido para o bem comum.

A legislação brasileira exige que as contas públicas sejam aprovadas pelos órgãos competentes. Entretanto, não garante que esses recursos sejam bem aplicados, mas sim, exige aprovação das contas, o que de fato não assegura o uso devido dos recursos. Ou seja, não assegura que os recursos de uma forma que haja a promoção e bem estar social. Logo é obrigação do gestor uma boa administração e relocação dos recursos públicos.

A Constituição de 1988 traz consigo inúmeros canais de participação social como, por exemplo: a instituição de audiências públicas, iniciativa popular, plebiscito, referendo,



conselhos gestores e de fundos, com regras paritárias, no âmbito do Executivo, do local ao federal (BRASIL, 1988). Portanto, a exigência da transparência dos gastos públicos é uma realidade, mas é preciso difundir os métodos de fiscalização.

A participação da sociedade é uma iniciativa essencial para contribuir com o poder público e direcionar um olhar efetivo para a comunidade. As contribuições da sociedade podem ser direcionadas para várias áreas, tanto na educação como nos diferentes segmentos sociais, com o intuito de preparar e formar uma consciência coletiva para haver uma administração com eficiência e transparência.

A partir daí, surge a necessidade da participação popular no Orçamento Participativo (OP), mas é indispensável a educação da população sobre o que venha a ser Orçamento Participativo. De acordo com Freire (2007), a educação tem compromisso com a sociedade, ela deve trazer mudanças desejáveis para uma sociedade justa e igualitária, educando o indivíduo para desempenhar o papel de participante na transformação da sociedade. Educar é transformar com consciência coletiva com o compromisso entre o eu e a sociedade. Assim sendo, é formar e transformar, modificando o indivíduo a partir de uma ação coletiva que nos conduz às transformações sociais.

Desse modo, a partir das visões apresentadas, foi planejado um ciclo de palestras sobre temáticas esclarecedoras sobre a importância do Orçamento Participativo e o Controle Social, direcionada para alunos do Curso Técnico em Administração. O objetivo é desenvolver a consciência coletiva, contribuir com a formação de multiplicadores e conduzir a comunidade para decisão e elaboração de políticas públicas dentro do orçamento participativo.

O curso Técnico em Administração pode contribuir positivamente no processo de apoio e divulgação da importância para participação da comunidade nas políticas voltadas ao coletivo. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma ação de intervenção pedagógica, é uma possibilidade metodológica para o acesso as informações que vinculam sobre o orçamento participativo.

Trata-se de um estudo aportado na temática do Orçamento Participativo e seus direcionamentos para que os estudantes percebam a dinâmica dos orçamentos, através da visão do papel social de cada indivíduo e também da importância da coletividade.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Uma visão descritiva do Orçamento Participativo e das Leis Orçamentárias**

Orçamento é uma expressão de uso corriqueiro, seu significado é o ato ou efeito de orçar; avaliação ou cálculo aproximado do custo de (obra, empreendimento, serviço etc.); estimativa. O valor calculado da despesa (valor gasto) e da receita (valor arrecadado); detalhamento da receita e da aplicação dos recursos: orçamento do Estado, (DICIO, 2018).

Para Pires (2001) o Orçamento Público é definido como sendo a previsão das quantias monetárias num determinado período, são valores que podem entrar e sair dos cofres públicos. Ou seja, os valores arrecadados com impostos, são taxas e transferências que devem ser correspondentes ao gasto público, para assim, haver um equilíbrio das contas públicas.

Nesse sentido, para fazer o as demandas do Orçamento Participativo (OP) torna-se essencial a participação da comunidade, pois, a sociedade pode influenciar e direcionar as decisões sobre as políticas públicas, desse modo, a população estará atuando também como fiscalizador, ou seja, é a participação do cidadão na gestão pública com intuito de ser um instrumento de controle social.

De acordo com a Cartilha “Controle Social” da Controladoria Geral da União (2012), uma das formas de fortalecimento da cidadania e da importância na fiscalização, monitoramento e controle das ações da gestão pública. Com esse fortalecimento, a população exercerá de maneira ativa o controle social das políticas e da prestação de contas da administração pública.

Na visão de Macena (2011), OP, por não ser um instrumento obrigatório constitucionalmente, tem sua implementação a vontade política do gestor público. Por não ser exigido, muitos governantes não enxergam a participação popular no orçamento como instrumento de participação social válido para tomada de decisões. Porém, a falta de obrigatoriedade, não significa falta de importância.

Daí, fica evidente a necessidade de uma escola cidadã, promovendo o conhecimento do que venha a ser o OP e com orientação pautada em princípios de justiça, liberdade e igualdade social. As experiências participativas sem uma instrução apropriada podem provocar apenas a afirmação de práticas tradicionais, a qual as políticas públicas já estão definidas e não há necessidade da participação da comunidade na sua elaboração, o que torna o OP é uma mera formalidade, para que os gestores passem a impressão que estão dando espaço para a comunidade exercer a cidadania.

No entanto, a sociedade tem que estar preparada para tal participação no orçamento público. Segundo Cunha (2003 apud FERREIRA et al, 2014) o controle social tem com seu principal objetivo a fiscalização das ações públicas, mas também visam indicar caminhos, propor ideias e promover a participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público.

Isto posto, observa-se o papel da escola no método de aprendizado e preparação da sociedade para a dinâmica do processo do OP, pois, para adotar esse instrumento de poder público e participação popular, é necessário que a gestão escolar tenha uma visão em longo prazo da preparação dos estudantes com propostas de enfrentamento de problemas específicos apontados por Souza (2001). Só assim, a futura geração terá conhecimento do que é o controle social.

O primeiro problema é saber se o município tem recurso financeiro e de pessoal suficiente para cumprir o que for decidido pela população. Desse modo, é necessário entender de onde vêm os recursos, como e podem ser usados. O segundo questionamento diz respeito à preparação da população que não está acostumada a ter papel ativo na fiscalização e participação nos governos, e por fim, é necessário conscientizar as pessoas a dá devida seriedade a problemas coletivos em vez de lutar por causas individuais, comungando com a importância de formar uma consciência coletiva.

Visto que, a educação é objeto formador e transformador da sociedade e a palestra é uma forma de expor o tema de uma maneira dinâmica e participativa, fazendo com que as temáticas sobre políticas públicas, controle social e elaboração de planos e orçamentos públicos obtenham mais motivação no ensino aprendizagem.

Os processos de capacitação dos gestores e da população sobre as formas de distribuição dos recursos orçamentários, as chamadas três peças do planejamento - o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), são de grande importância, pois as leis orçamentarias irão regular as contas públicas (ABRANTES et al, 2012).

Portanto, é necessário saber de onde advém os recursos para os investimentos públicos para elaborar os orçamentos. Esse recurso advém de impostos, taxas e transferências. O imposto, conforme define o artigo 16 do Código Tributário Nacional, é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte (BRASIL, 2001, apud ABRANTES et al, 2012). Ou seja, na compra de mercadorias ou no uso da prestação serviços é exigido um tributo pela utilização do serviço ou aquisição do bem.

Portanto, o hábito de contribuir com a arrecadação se torna benéfico para toda sociedade e a conscientização deve contagiar toda a comunidade, das pessoas físicas as pessoas jurídicas, assim a sociedade será beneficiada com uma melhor qualidade de vida.

A partir das estimativas de arrecadações, é que a gestão pública elaborará o orçamento. Começando pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPA), esse plano “constitui uma lei que estabelece as diretrizes e metas para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada” (ABRANTES et al, 2012, p. 68). Deste modo, a PPA engloba todas as intenções, de forma genérica para um período de 4 a 5 anos, sobre pagamento, obras, programas que devem ser implementados.

A LDO estabelece as prioridades para o exercício subsequente, desde que estejam especificadas no PPA. Sua aprovação deve acontecer até o 1º semestre do ano anterior. A partir da LDO será realizada a LOA, “que compatibilizará a previsão de receitas e despesas para aquele período, começando a delinear, de certa forma, as parcelas de recursos que irão para cada prioridade” (ABRANTES et al, 2012, p. 69). Ou seja, ela estabelecerá de onde cada recurso irá sair para realizar o projeto. Desse modo, é importante o conhecimento de todas as informações que contemplam as demandas das Leis e Orçamentos.

## **2.2 O Técnico em Administração como multiplicador das Políticas Públicas e Controle Social**

Para aumentar o interesse da população sobre o orçamento participativo é necessário explanar sobre o que vem a ser o tema, com a finalidade de instruir, incentivar e elaborar o OP. Nesse sentido, a escola precisa assumir o papel de socializar e democratizar as informações para promover:

o pleno exercício da cidadania e as novas relações sociais que ela acarreta, trazem de novo para a arena política indivíduos que estavam excluídos ou marginalizados, no que Mohanty e Tandon (2006) têm chamado de Cidadania Participativa (LUCIO-VILLEGAS, p.15, 2012).

Essa construção de equidade de direitos é baseada numa relação de troca de poder, não no sentido de o poder passar a ser exclusivo para o cidadão, mas sim, o poder passar a ser

compartilhado entre o gestor público e o cidadão. Desta forma, a educação (a escola) passa a ser um espaço de extrema importância para a formação do cidadão participativo, visto que:

o objetivo geral da educação seja propiciar o crescimento do que é individual em cada ser humano, ao mesmo tempo em que harmoniza a individualidade assim desenvolvida com a unidade orgânica do grupo social ao qual o indivíduo pertence (READ, 2001, p.9).

Ou seja, a escola deve preparar o cidadão para viver em coletividade. Assim, é necessária uma educação como processo de transformação, em que o indivíduo é criado e recriado, com o intuito de entender e praticar a cidadania participativa.

É importante conscientizar a população que ela tem direitos civis, políticos e sociais, a importância de participar no destino da sociedade, não só no exercício do voto, mas sim, participar ativamente as decisões da gestão pública, garantir a participação do indivíduo em um círculo maior, o coletivo.

É de extrema importância para o indivíduo saber como funciona o OP, pois quando há um maior esclarecimento surge a vontade de participar das decisões da administração pública. As ações para ampliar esses direcionamentos são importantes para aumentar o diálogo, ou seja, para a realização e desenvolvimento de uma cultura cidadã e participativa.

Para Gasparetto Júnior (2012), a consciência política é uma das formas de buscar uma sociedade mais justa e igualitária com o intuito do bem-estar da população. Ou seja, o cidadão com consciência política, podemos chamar de consciência coletiva, tem uma visão de melhorias para toda a sociedade.

Tomando como base os pensamentos de Freire (2007) e de Gadotti (2003), observa-se a grandiosidade e complexidade envolta da educação. Esses autores comentam que a educação é ter uma leitura do mundo com o intuito de conhecê-lo, para assim transformá-lo, e transformá-lo para conhecê-lo, esse movimento envolve metodologias associadas às teorias de construção coletiva da necessidade de participação social.

Corroborando a esse pensamento, Alencar (2012), argumenta a importância de socializar, qualificar, ampliar e estimular as pessoas a assumirem a função social. Mostrando que essa organização pode potencializar a ação do controle social na defesa dos direitos da população.

A partir da identificação do problema, a escola é direcionada na promoção da democracia no sentido do “governo do povo e pelo povo”, a escola é importante estrutura de aprendizado político que permite um pensamento individual para o bem maior e coletivo.

Desta forma, o curso Técnico em Administração tem papel importante para um futuro ciclo de palestras do orçamento participativo. Afim que os alunos do referido curso tenham um papel transformador da sociedade que está inserido.

### **3 Metodologia**

Este estudo tem uma abordagem qualitativa, desenvolvida para elaborar e fundamentar uma proposta de intervenção, direcionada aos alunos do curso Técnico em Administração. O planejamento envolveu uma revisão de literatura, que foi realizada com o objetivo de conhecer a metodologia necessária para abordar as temáticas do ciclo de palestras.

Dentre as atividades extracurriculares, a palestra foi escolhida para abordar as diferentes temáticas, possibilitando a mudança da prática educativa, e relevante na formação do estudante do curso Técnico em Administração pois possibilita a interação entre palestrante e ouvinte.

Segundo Correia (2009), a palestra proporciona a abordagem do tema de maneira informal. Com o caráter integrador e acolhedor, ela possibilita a interação entre estudantes e palestrantes na construção de novos conhecimentos, pois existe a possibilidade de perguntas no decorrer das discussões. O que contribui para o aprendizado, já que não é só uma exposição do tema, mas um diálogo com troca de informações, de ideias, opiniões e experiências sobre o tema abordado.

Nesse sentido, foi realizado uma análise através das temáticas do Orçamento Participativo e Políticas Públicas, que resultaram em uma Proposta de Intervenção, a qual é composta por um ciclo de palestras. A concretização da atividade, será dirigida por um profissional com experiência na área de Administração Pública, as atividades poderão ser realizadas em uma sala de aula, como culminância está prevista a participação, de uma simulação de uma ação do Orçamento Participativo Municipal e Estadual sobre Orçamento Participativo e Controle Social.

Os direcionamentos que preconizam essa proposta do ciclo de palestra apresentam uma intensa relação com a área administrativa, desse modo, pode-se observar uma relação de vínculo com o curso Técnico em Administração, oportunizando a atuação dos alunos para atuar como multiplicadores sobre a importância da participação da sociedade.

O plano de intervenção das palestras, tem a intenção de trabalhar as temáticas no sentido de capacitar os estudantes como cidadãos que podem contribuir positivamente em sua comunidade, trazendo o debate na área da administração pública, através de atividades que possibilitam, conhecimentos e habilidades a partir da visão de gestão e finanças e dos recursos públicos.

Desse modo, foram planejadas 05 (cinco) palestras que contemplam um encadeamento de conhecimento, que irão contribuir para atingir os objetivos da proposta, como também, a simulação da plenária do Orçamento Participativo. Conforme o cronograma disposto no quadro 1, no qual temos as temáticas que serão desenvolvidas em cada palestra e também os objetivos de cada ação.

Quadro 1 – Ciclo de palestras com temas e objetivos

	Tema	Objetivos
Palestra 1	Orçamento Participativo e Controle Social	Formar e transformar o indivíduo a partir de uma ação coletiva que conduz o controle e às transformações sociais.
Palestra 2	Características do Processo Orçamentário	Entender e as etapas do processo orçamentário
Palestra 3	Introdução as três peças do planejamento orçamentário.	Saber a origem dos recursos para os investimentos públicos e ter como objetivo a elaboração dos orçamentos
Palestra 4	Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes, Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).	Compreender as formas de distribuição dos recursos orçamentários e regular as contas públicas.
Visita <i>in loco</i>	Promover uma simulação de uma Plenária de Orçamento Participativo	Colaborar com as escolhas mais pertinentes para melhorar o bem estar da comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor da intervenção.

Dessa forma, os temas e objetivos das palestras podem contribuir para formação desses futuros profissionais, visto que o planejamento das atividades tem o objetivo de aproximar o conteúdo do público alvo. As ações trazem uma metodologia direcionada através de discussões relevantes, não só da vida acadêmica, como também a vida social do indivíduo e contribuindo para ampliar conhecimento dos educandos.

A primeira palestra ministrada traz uma visão esclarecedora sobre a importância do Orçamento Participativo e do Controle Social, para que os alunos tenham a consciência que podem contribuir na formulação e escolhas das políticas públicas, como também, através de artigos científicos e textos, analisar experiências vividas em alguns municípios em que a formação do cidadão dentro das escolas foi essencial na participação do orçamento participativo.

As palestras trazem a condução gradual na formação da sociedade sobre a elaboração dos planos e orçamentos. Ainda, prepara a população para um OP eficiente. Pois, é essencial a organização e divulgação, apoio técnico, vontade política e a participação de toda a comunidade. Isso significa que para iniciar um projeto em uma instituição é importante que todas as partes interessadas participem efetivamente no processo de planejamento, com as adaptações necessárias a realidade local.

Por fim, a simulação de uma plenária do orçamento participativo, prepara os estudantes para o compromisso com a comunidade, a fim de trazer mudanças desejáveis para uma sociedade justa e igualitária, educando o indivíduo para desempenhar o papel de participante e multiplicador na transformação da sociedade.

#### **4 Resultados esperados**

Refletindo sobre os resultados esperados é possível que os alunos participantes do ciclo de palestras adquiram conhecimento suficiente sobre a temática Orçamento Participativo e o Controle Social e entendam a importância dos recursos orçamentários (PPA, LDO e LOA). E que esses venham assumir um papel participativo no orçamento de seus municípios e da própria Instituição IFPB, saibam ajudar nas decisões da gestão pública, como também cobrar dos agentes políticos a execução das ações e exigir as prestações de contas dessas políticas públicas, legalidade dos atos que envolvem arrecadação da receita e destinação da despesa por parte da administração

Os participantes das palestras também podem entender o poder de cada cidadão no



controle das decisões da administração pública, em que as necessidades coletivas, sobressaiam sobre o desejo individual. Enfatizando que as decisões ocorram de forma descentralizadas, visto que estas deliberações influenciam toda a comunidade.

Os alunos poderão assumir o papel social, que é pensar e agir de forma coletiva. De acordo com Durkheim (2012) o indivíduo está determinado a viver em um ambiente restrito e as ações desse indivíduo estão destinadas a adaptar-se a esse meio ou o meio adapta-lo a ele. E por consequência os atos deste sujeito são compartilhados pelos outros que pertencentes ao mesmo meio, portanto, as ações e aspirações devem estar de acordo com as necessidades do ambiente circunscrito.

Possivelmente cada sujeito dessa intervenção poderá criar o hábito de refletir pensamentos e aspirações destinadas a comunidade, desse modo, contribuindo para um grau consciência coletiva. São ações para que todos defendam uma causa única, uma causa maior, a causa comunitária, essas indicações refletem a importância de exercer a consciência na ajuda do público em geral, visto que somos seres sociais e pensar em comum acordo com todos, em acordo para o bem da comunidade.

Desse modo, ampliando e pondo em prática a consciência coletiva, ou consciência política, estamos ajudando a decidir as suas prioridades de política pública de um determinado local. Pois, a população precisa se posicionar sobre suas próprias necessidades de corresponsabilidade entre gestão pública e os cidadãos.

As palestras podem refletir no processo de interlocução, e no protagonismo da sociedade, refletindo nas decisões e funcionamento dos objetivos de: socializar; qualificar; aprofundar; ampliar; difundir; estimular; ampliar e potencializar os conhecimentos sobre o orçamento participativo.

Os alunos podem assumir o conhecimento sobre o que é ser cidadão, passando a assumir a função de multiplicadores desse saber, ampliando a participação popular na organização e no controle social. Ou seja, essa é uma atividade com potencial para adquirir a ampliação da participação social no controle do orçamento público.

Enfim, sabendo da importância do OP para a comunidade, os alunos poderão oferecer contribuições para que as ações de política pública estejam direcionadas para as áreas de mais necessidade. Esses indivíduos também poderão desenvolver o papel de responsáveis pela fiscalização dos programas e atividade aprovados nas plenárias do orçamento participativo.

## **5 Considerações finais**

O Orçamento Participativo foi criado para que exista a participação e controle da sociedade, nas ações e tomada das decisões nas políticas públicas com o objetivo fundamental ao bem-estar da própria população. Não obstante, permitir que um único indivíduo exerça todo o controle das decisões da administração pública, visto que estas decisões influenciam toda a comunidade, é deixar que o desejo individual não sobressaia sobre o desejo coletivo.

A participação da comunidade no OP é um exercício do pensamento coletivo e entendimento sobre as peças do orçamento público. Pois não basta palestrar sobre esses temas nas plenárias, mas sim, nas escolas. Dessa maneira, veremos um resultado a um longo prazo e permanente, os alunos serão formadores de opinião e estarão cientes e com competência para participar efetivamente das plenárias.

O sociólogo francês Durkheim (2012) afirma que as práticas dos indivíduos são fortemente influenciadas e relacionadas pela comunidade que está inserido. O conceito de consciência particular estaria ligado às convicções e preferências pessoais, que nos formam sujeitos ímpares com personalidade própria. Já o conceito de consciência coletiva seriam as convicções e preferências em acordo com os outros indivíduos de uma determinada sociedade, por meio do processo de socialização.

Isto posto, é importante a gestão pública buscar a capacitação dos gestores e a formação e transformação do pensamento da população sobre a importância da participação no Orçamento participativo. Com essa iniciativa a comunidade enxergará o controle social e o Orçamento Participativo como um instrumento válido para exercer a democracia, buscando assim, melhorias nas ações da gestão pública, enfatizando as reais necessidades da população e por consequência o bem-estar e a qualidade de vida para todos

Por fim, a partir da realização de ações educativas, como palestras, a sociedade precisa entender a implementação das políticas públicas para que as necessidades da população sejam atendidas de forma eficiente. É no espaço comunitário que surgem as relações sociais e possibilita o diálogo para a construção de uma sociedade mais igualitária. É importante a participação da comunidade com o olhar crítico sobre a realidade, fazendo uma parceria entre a comunidade e gestão municipal para conseguir a melhor forma de atingir o bem-estar da comunidade.

## Referências Bibliográficas

ABRANTES, Luiz Antônio; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Gestão tributária** – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

ALENCAR, H. H. (2012). **Educação Permanente no Âmbito do Controle Social no SUS: a experiência de Porto Alegre - RS**. Saúde Coc. São Paulo, 223-233.

BRASIL. **Constituição** - 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Controle Social. Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social**. Coleção Olho Vivo. Brasília DF, 2012. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br>. Acesso em: 13 fevereiro 2022.

CORRÊA, Edison José; VASCONCELOS, Mara; SOUZA, Maria Suzana de Lemos. **Iniciação à metodologia científica: participação em eventos e elaboração de textos científicos**. Belo Horizonte: Nescon UFMG, Coopmed, 2009.

DICIO. (2018). **Dicio**. disponível em <<https://www.dicio.com.br/orcamento/>> Acesso em 13 de fevereiro 2022.

DURKHEIM, Émile. **A Educação Moral**; tradução de Raquel Weiss. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes (2012). (Coleção Sociologia).

FERREIRA, et all, & Nascimento, R. d. (2016). **A importância do controle socila na gestão dos recursos públicos.**, disponível em aedb: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/21324209.pdf> < Acesso em 06 de fevieriro de 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: LINHARES, C. & TRINDADE, M. N. (Org.) Compartilhando o mundo com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2003.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Mutualismo, cidadania e esfera pública**. Revista Cogitationes, ISSN 2177-6946 Vol. III, Nº 8, Juiz de Fora, ago.-nov./2012

LUCIO-VILLEGAS, E. (2012). **A construção da cidadania participativa através da educação**. Revista Lusófona de Educação, 13-29.

MACENA, Hugo Leonardo dos Santos. **Os desafios da construção de uma gestão democrática E participativa: “um” olhar sobre a experiência de João pessoa – paraíba. 2012**. Artigo de Especialização (Pós-graduação em Administração Pública Municipal) – Programa de Pós-graduação em Administração Pública, Universidade Federal da Paraíba. < disponível em pex.uead.ufpb: [http://pex.uead.ufpb.br/pluginfile.php/45299/mod\\_resource/content/1/Texto%20Complementar%203.pdf](http://pex.uead.ufpb.br/pluginfile.php/45299/mod_resource/content/1/Texto%20Complementar%203.pdf)< Acesso em 16 fevereiro 2022.

PIRES, Valdemir. (2001). **Orçamento Participativo**. Tamboré: Editora Manole Ltda. < Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JOZRB5ucSLgC&oi=fnd&pg=PR9&ots=eJhRblDp2&sig=gz-nA9TMMmwfhFpbRgItN4M134#v=onepage&q=a%20previs%C3%A3o%20das%20quantias%20&f=false> < Acesso em: 14 de fevereiro de 2022

READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins e Picosque Fontes, 2001.

SOUZA, Celina. **Construção e consolidação de instituições democráticas - papel do orçamento participativo**. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001.

VALLIATTI, Fernanda Albino. **Democracia**. Artigo Jurídico – Direito Net < Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1801/Democracia> < acesso em: 11 de fevereiro 2022.